

4'33" | Ana Cristina Santos



uc.pt/fmuc/voicemed/61/433

Universidade de Coimbra



O que significa envelhecer depois de uma vida marcada pelo silêncio, pelo estigma ou pela invisibilidade? No Mês da História LGBTQI+, celebrado em fevereiro, conversámos com Ana Cristina Santos, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) e coordenadora do projeto *TRACE - Tracing Queer Citizenship Over Time*, para refletir sobre percursos de vida, direitos que chegam tarde e os desafios de pensar o envelhecimento a partir das margens.

Em traços gerais, que questões principais diria que atravessam o seu trabalho e porque continuam a ser tão politicamente e socialmente relevantes?

Investigo, há muito, questões ligadas à diversidade sexual e de género. São praticamente 30 anos a trabalhar estes temas. Comecei a investigá-los porque percebi que estávamos perante um tabu sobre o qual era urgente pensar, desmontando preconceitos e discriminações. Na Sociologia, área de onde venho, quase não se falava deste assunto nos anos 90.

Anos mais tarde, depois do doutoramento, afastei-me um pouco do ativismo e dos movimentos sociais e passei a centrar a minha investigação em narrativas e percursos de vida. Interessa-me ouvir pessoas que não tiveram espaço de visibilidade. Muitas das pessoas que entrevistamos nunca deram uma entrevista, e isso permite perceber as nuances dentro da sigla LGBTQI+ e compreender melhor que obstáculos enfrentam, que redes de apoio têm e que falhas persistem. Por isso resisto a estudos quantitativos: fascina-me a conversa longa, entrevistas que chegam a seis horas de duração e que são verdadeiras histórias de vida.

Diria, por isso, que os temas centrais do meu trabalho são a diversidade sexual e de género, a igualdade – ou desigualdade – entre homens e mulheres e a forma como a discriminação se transforma ao longo da vida. Já tive projetos de investigação que incidiam na infância, na adolescência, na idade adulta e, nos últimos anos, no envelhecimento.

Respondendo à segunda parte da pergunta, diria que estes temas continuam a ser politicamente e socialmente relevantes porque, apesar dos avanços legais, a mudança de mentalidades nem sempre acompanha a lei. A homossexualidade só deixou de ser crime em Portugal em 1982, e direitos como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, legalizado em 2010, já chegaram tarde para muitas pessoas. Além disso, há discursos que desvalorizam as reivindicações atuais, como se bastasse “*tratar toda a gente por igual*”, ignorando desigualdades estruturais.

As mudanças jurídicas são fundamentais, mas não apagam percursos marcados por discriminação, como, por exemplo, carreiras travadas pelo preconceito e que resultam hoje em reformas mais baixas. É preciso criar pontes entre gerações, trabalhar nas escolas, promover empatia e consciência. Trata-se de garantir bem-estar, saúde mental e uma vida plena em todas as fases da vida.

Quando se pergunta o que estas pessoas querem, querem simplesmente aquilo a que têm direito. E enquanto persistirem preconceitos e discursos alarmantes, em Portugal e no mundo, é necessário manter a atenção e o empenho. A academia tem aqui um papel essencial.

Coordena o projeto *TRACE - Tracing Queer Citizenship Over Time*. O que traz este projeto de novo à forma como pensamos corpo, intimidade e cidadania ao longo da vida?

O *TRACE* é o segundo projeto que me foi atribuído pelo *European Research Council* [ERC] e foca-se exclusivamente no envelhecimento de pessoas LGBTQI+ com 60 ou mais anos de idade em cinco países da Europa do Sul, em sentido lato. Queríamos ouvir quem atravessou e sobreviveu a diferentes fases políticas e sociais nos seus países.

Em Portugal, isso inclui a fase da criminalização da homossexualidade, que, como referi antes, vigorou até 1982, a fase da chamada crise da SIDA, quando as pessoas deixaram de ser criminosas para passarem a ser fortemente estigmatizadas, e, depois, a fase do início dos anos 2000, marcado pela aceleração, mesmo que tardia, do reconhecimento formal de direitos.

Nos restantes países do projeto, estas temporalidades variam. Em Itália, a despenalização da homossexualidade foi mais precoce, mas os direitos continuam muito limitados. Malta surge muitas vezes como exemplo máximo no plano jurídico, liderando há anos o *Rainbow Map* da ILGA-Europe, mas no plano social persistem reservas visíveis, como a ausência, ou o evitamento, de demonstrações públicas de afeto. A diferença entre lei formal e lei vivida repete-se noutros contextos, como a Grécia. Já a Eslovénia acrescenta a experiência de um país mais recente, marcado por um passado de conflito e tensões, trazendo outra complexidade ao nosso estudo.

O projeto distingue-se por não se centrar apenas em problemas e discriminações, mas também em orgulho, alegria e vantagens identificadas por estas gerações. Interessa-nos perceber o que significa, por exemplo, ser uma mulher lésbica com 70 anos ou uma pessoa trans com 80, e que referências positivas podem daí resultar para as pessoas mais jovens. No entanto, um dado impressionante, e que acho importante destacar por ser transversal aos vários países envolvidos no projeto, foi o receio, partilhado por quem entrevistámos, da escalada da extrema-direita, mesmo entre pessoas que não são ativistas nem líderes associativos.

Esta investigação centra-se nas entrevistas longas de histórias de vida, que complementámos com entrevistas a *stakeholders* – políticos, ativistas, investigadores e profissionais no terreno – e com um levantamento histórico e político aprofundado de cada país. Foi esta triangulação de informação que nos permitiu dar sentido a todo o material recolhido. Já concluímos a análise individual de cada país e estamos agora na etapa de análise integrada.

O projeto tem três fases. Para cada uma delas, foi atribuída uma designação em inglês: *Outlaw*, *Outcast* e *Outlast*. Na fase *Outlaw*, desenvolvemos um primeiro estudo integrado centrado na ideia de tornar-se sujeito, tornar-se cidadão, passar de fora da lei a alguém a quem é reconhecido, pelo menos, o direito a existir sem risco de prisão. Estamos a escrever sobre isso agora. Depois, avançaremos para o segundo estudo integrado, *Outcast*, que não se centra tanto em tornar-se sujeito, mas em manter-se sujeito apesar do estigma. Por fim, teremos o *Outlast*, que consiste no nosso estudo integrativo final centrado no momento presente e na ideia de futuro.

Estamos numa fase de intenso trabalho científico, analítico e de integração de dados, que permitirá formular recomendações políticas, tanto para a União Europeia e o Conselho da Europa como, sobretudo, para agentes no terreno que trabalham as questões do envelhecimento e LGBTQI+. O que temos observado é a quase inexistência de diálogo entre estas duas esferas. É como se as pessoas LGBTQI+ não envelhecessem e como se as pessoas sénior não pudessem ser elas próprias na sua diversidade sexual e/ou de género. Funcionam como dois universos paralelos. Por isso temos organizado uma série de iniciativas, entre as quais destaco o 1º Fórum Internacional sobre Envelhecimento LGBTQI+ no Sul da Europa [CES e FLUC, 2024], o Bloco Vintage na Marcha LGBTQI de Lisboa e as sessões em escolas e Universidades Sénior. O documentário *Outlasting*, já galardoado com inúmeros prémios em Festivais de Cinema internacionais – o mais recente dos quais o *Best Documentary Film* atribuído por um júri na Índia – também nos permitiu chegar a novos públicos.

O que procuramos, através de conhecimento com base em evidência, é tornar também evidente a ligação entre envelhecimento e diversidade sexual e de género, para que as pessoas LGBTQI+ mais velhas tenham vidas mais dignas e facilitadas nas instituições e nos espaços que frequentam, em todos estes países.



O que trazem de essencial as Ciências Sociais a uma rede como a Ageing@UC, na qual a Medicina e as Ciências da Saúde têm um peso central?

A maior motivação foi contribuir para uma rede criada na Universidade de Coimbra sobre Envelhecimento a partir do ângulo das Ciências Sociais, da nossa forma específica de olhar estas questões. Havia a consciência de que as Ciências Sociais seriam minoritárias, como são, mas, sobretudo, de que não existiria um enfoque na diversidade sexual e de género. Sendo esta uma preocupação central, não faria sentido ficar fora da Ageing@UC.

E ainda bem que passámos a integrar esta rede. Em boa hora o fizemos. Já tivemos um primeiro encontro entre os parceiros, que foi muito bem-sucedido: permitiu conhecer o trabalho de todas e todos e abriu espaço a conversas que esperamos vir a aprofundar. A colaboração entre o CES-UC e o iCBR-FMUC, via *TRACE*, é um exemplo claro desse encontro frutífero. Esta aproximação é vista de forma muito positiva, porque os desafios do envelhecimento exigem respostas multidisciplinares e interdisciplinares.

No *TRACE* existe já uma equipa multidisciplinar, com pessoas da Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicologia, ainda que situada nas Ciências Sociais. No entanto, torna-se evidente que o trabalho só ganha pleno alcance quando chega a públicos que não são os habituais.

Frequentemente, o envelhecimento é abordado sobretudo na perspetiva do envelhecimento ativo. Reconheço a importância, como é óbvio, mas tenho reservas quanto à exclusividade desse enfoque. Falar apenas nessa ótica deixa de fora dimensões sociais e culturais fundamentais, bem como a necessidade de fazer justiça e valorizar a memória de uma geração que foi silenciada durante demasiado tempo e que está a desaparecer. Não basta promover práticas como o pilates ou afirmar que a sexualidade não termina na menopausa... Tudo isso é relevante, mas não é suficiente. Tal como o trabalho desenvolvido nas Ciências Sociais também não é, por si só, suficiente. É precisamente por isso que são necessárias plataformas de encontro como a Ageing@UC.

Porque é que falar de envelhecimento LGBTQI+, sexualidade e intimidade continua a causar desconforto, nomeadamente em contextos académicos e científicos?

Falar de sexualidade no envelhecimento, por si só, já causa desconforto. E há muitas camadas a desmontar. No caso das pessoas LGBTQI+ mais velhas, persistem preconceitos antigos, associados às ideias de perversão, doença ou pecado. Tive um entrevistado que mantém há décadas uma relação com o companheiro e que me relatou um episódio ocorrido com ambos em Lisboa: estavam de mãos dadas quando ouviram jovens comentarem “*Olha para aqueles, tão velhos e ainda não se curaram!*”.

Infelizmente, isto não é um caso isolado. Há episódios recorrentes desta violência simbólica, particularmente duros para quem sempre viveu a sexualidade ou a diferença de género como motivo de risco, vergonha, medo e insegurança. Muitas pessoas referem que, ao crescer, não tinham linguagem para se descrever. Descobriram-se através de um filme, de um livro, encontrando aí um nome para o amor que sentiam.

Por isso, existe resistência em vários setores, e não apenas na academia, face à sexualidade na terceira idade, vista como algo abjeto, sobretudo quando envolve pessoas não heterossexuais. A isso somam-se o estigma associado à SIDA e fantasmas como o da pedofilia ou do abuso de menores, colagens infames à diversidade sexual e de género, e que fazem com que o preconceito permaneça, já que é mais fácil fixar uma mentira do que desmontá-la.

Na academia, incluindo nas Ciências Sociais, também há hierarquias temáticas. Existem assuntos considerados “dignos” ou “científicos” e outros vistos, durante muito tempo, como panfletários ou políticos... Como se toda a investigação não tivesse implicações políticas! A suspeita de falta de cientificidade liga-se ainda ao mito da neutralidade científica. Neutralidade não existe. O que existe é objetividade. Somos tão mais objetivos quanto mais tornamos evidentes os termos nos quais fazemos a nossa investigação.

A investigação que faço é comprometida com a transformação social, não visando apenas publicações ou prémios, mas uma intervenção articulada com a sociedade, na tentativa de melhorá-la. Claro que não sou neutra, obviamente. Não me é indiferente que as pessoas sejam discriminadas ou que as pessoas não sejam discriminadas.

Há resistência na academia, embora em declínio nos últimos anos, graças à consolidação de programas doutorais em Estudos Feministas, Estudos de Género e LGBTQI+, bem como ao aumento de projetos internacionais financiados e competitivos, que demonstram a solidez do campo. Ainda assim, o contexto pode alterar-se. Existem já cortes de financiamento e encerramentos de departamentos de Estudos de Género em países como a Hungria.

Nos regimes autoritários do século XXI, as primeiras áreas atacadas tendem a ser a Sociologia e os Estudos de Género. Só esse dado bastaria para evidenciar a importância destes temas: não se trata apenas de dignidade e direitos humanos, mas também da defesa da democracia.



Do seu ponto de vista, onde falham hoje as instituições, e aqui refiro-me especialmente às instituições de saúde, quando lidam com a diversidade, não apenas no envelhecimento, mas ao longo da vida?

Temos aqui no CES-UC o projeto *Pulsar*, coordenado pela investigadora Mara Pieri, que incide precisamente no cruzamento entre profissionais de saúde e questões de saúde e diversidade sexual e de género. É um projeto tão pertinente quanto necessário.

Na minha ótica, a partir das entrevistas que fazemos, percebemos onde surgem alguns medos e queixas. Muitas pessoas evitam consultas por receio de discriminação, ou não revelam informações importantes e silenciam aspetos da sua vida numa consulta médica. Este silenciamento afeta tanto a saúde como a relação entre profissional e utente, e mantém-se em fases posteriores da vida, como na institucionalização em estruturas residenciais.

Mas, realmente, o problema não se limita ao envelhecimento. Adolescentes e jovens contactados em outros projetos relatam situações semelhantes, como perguntas inadequadas em consultas que assumem heterossexualidade, um reflexo da heteronormatividade. Isso cria insegurança e impede que se sintam num espaço seguro. Questões como a falta de respeito pelo nome social de pessoas trans ou a atenção a documentos que ainda não foram alterados ilustram esta falta de preparação.

Espaços físicos também influenciam. A presença de cartazes, bandeiras arco-íris ou PINs transmite que a diversidade é acolhida. Estas pequenas mudanças de atitude e mentalidade, também nos espaços dedicados à saúde, parecem pequenas, mas são gigantes!

Outro desafio central é o da formação. Profissionais a quem demos formação, vindos de áreas como educação, saúde e *media*, relatam que, durante a sua formação académica e atualizações de conhecimento ao longo da carreira, nunca abordaram estes temas. Muitos só adquiriram algum conhecimento por iniciativa própria. Isso não basta. É necessário incluir conteúdos obrigatórios para que os profissionais se sintam preparados. A ausência de formação adequada tem consequências diretas no bem-estar e na qualidade de quem recebe o atendimento.

Para terminarmos, o que seria, para si, uma abordagem verdadeiramente inclusiva e descomplexada da diversidade?

Uma abordagem verdadeiramente inclusiva e descomplexada da diversidade seria tratar todas as pessoas com o mesmo grau de dignidade, independentemente das suas características. Mas ainda estamos longe disso, e para percorrer esse caminho é necessário educar, comprometer os nossos decisores políticos, adotar uma postura sem medo das designações ou da diversidade, que fale abertamente sobre os temas, que os valorize enquanto medida de respeito pela dignidade humana e, sobretudo, que fomente espaços seguros onde as pessoas possam expressar o que as preocupa ou alegra de forma natural e descomplexada.

É importante distinguir entre o “normal” e o “natural”. O normal é apenas uma incidência estatística. O natural é a diversidade. O que não é natural é a discriminação. Esse discurso precisa de ser reforçado pelos decisores políticos, pela academia, pelos serviços e pelos profissionais de diversas áreas, assim como na comunicação social.

Só um trabalho conjunto que ocupe todos os espaços possíveis permitirá mudar mentalidades e isolar cada vez mais quem discrimina. Quem discrimina e tem preconceitos é que deve sentir vergonha, e por isso gostaria de terminar com uma frase de Gisèle Pelicot: *“A vergonha tem de passar para o outro lado”*.

por **Luísa Carvalho Carreira**

fotografias de **Nuno Barbosa**